

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº25Novembre 2018

COP 14 - CDB



Introdução



A Convenção de Diversidade Biológica (CDB)



COP 14 - Investindo em Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta



Resultados COP 14



Considerações Finais



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Introdução

Em sua 25ª edição, o Radar Socioambiental se dedica à análise da 14ª Conferência das Partes (COP) da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), realizada entre os dias 17 e 29 de novembro, em Sharm El-Sheikh, no Egito. Em primeiro lugar, realiza-se um breve histórico acerca dos objetivos da Convenção e de seus protocolos para, em seguida, apresentar a agenda da reunião e as preocupações e posições de organizações da sociedade civil brasileira, de modo a lançar luzes sobre os tópicos que foram tratados pelas Partes. Por fim, aponta-se os resultados da reunião a partir dos documentos publicados e da atual conjuntura brasileira.

A Convenção de Diversidade Biológica (CDB)

Considerando a importância dos recursos biológicos para a proteção socioambiental do planeta e da humanidade, o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (UNEP, sigla em inglês) convocou um Grupo de Trabalho de Especialistas em Diversidade Biológica para avaliar a necessidade de criação de uma Convenção sobre o tema. Pouco tempo depois, o UNEP estabeleceu o Grupo de Trabalho de Especialistas Técnicos e Legais de forma a lançar as bases de um instrumento legal internacional voltado à conservação e o uso sustentável da diversidade biológica. Em 1991, o Grupo de Trabalho Ad Hoc passou a ser denominado Comitê de Negociação Intergovernamental, cujo trabalho culminou, durante a Conferência de Nairóbi, no ano seguinte, na Adoção do Texto Acordado da Convenção de Diversidade Biológica.¹

A Convenção foi ratificada em 1993 e conta hoje com 196 países membros, incluindo o Brasil. Entre os três objetivos norteadores da CDB estão: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos. A Conferência das Partes (COP) configura-se como o órgão que governa a CDB e garante a contínua implementação da Convenção por meio das decisões negociadas por seus membros.

¹Ver em: <https://bit.ly/1J2ALWu>

Reunião do C20 - Ação conjunta para enfrentar os desafios globais

A primeira COP da CDB foi realizada em 1994 e, desde então, já foram realizadas 13 conferências. Entre 1994 e 1996, as reuniões foram realizadas com periodicidade anual e, a partir de 1996, passou-se a realizar os foros de dois em dois anos. Os temas tratados giram em torno da proteção dos recursos genéticos à biodiversidade marinha, da repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização da biodiversidade (ecossistemas, espécies e recursos genéticos), entre outros.²

A CDB possui dois protocolos: o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e à Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos da sua Utilização. O Protocolo de Cartagena foi adotado pela convenção em 2000 e entrou em vigor em 2003. Com 171 membros, Cartagena versa sobre a proteção da diversidade biológica frente aos riscos apresentados pelos organismos vivos modificados, resultantes da biotecnologia moderna³. Já o Protocolo de Nagoya, adotado em 2010 e que passou a vigorar em 2014, provê uma estrutura legal transparente para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da utilização de recursos genéticos - um dos três objetivos da Convenção. Este último foi adotado por apenas 110 países⁴ e ainda não foi ratificado pelo Brasil. Os membros signatários dos Protocolos reúnem-se durante as MOPs, que são realizadas durante o período da COP, para discutir questões relativas às suas agendas e à sua implementação.

COP 14 - Investindo em Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta

A 14ª COP da CDB aconteceu no Egito, entre os dias 17 e 29 de novembro, e teve como tema “Investindo em Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta”. Na conferência, as Partes discutiram sobre os esforços necessários para alcançar as chamadas [Metas de Biodiversidade de Aichi](#) e buscaram estabelecer as bases para o processo de desenvolvimento daquele que será o sucessor do Plano Estratégico Global para Biodiversidade 2011-2020. O Plano Estratégico Global é colocado como uma estrutura flexível para o estabelecimento de metas nacionais e

²Para mais informações sobre as COPs anteriores: <https://bit.ly/2Gie46C>

³Para mais informações sobre o Protocolo de Cartagena, ver em: <https://bit.ly/KaEUL3>

⁴Para mais informações sobre o Protocolo de Nagoya, ver em: <https://bit.ly/1PjlqOp>

Reunião do C20 - Ação conjunta para enfrentar os desafios globais

regionais que visem a implementação coerente e efetiva dos três objetivos da CDB. O Plano é composto por metas estratégicas e 20 metas ambiciosas, porém alcançáveis, conhecidas como Metas de Aichi. As metas possuem cinco objetivos principais: lidar com as principais causas da perda de biodiversidade; reduzir as pressões que ameaçam a biodiversidade e promover seu uso sustentável; melhorar o status da biodiversidade por meio de salvaguardas para os ecossistemas, espécies e diversidade genética; realçar os benefícios da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos; e facilitar a implementação de medidas por meio do planejamento participativo, gerenciamento de conhecimento e construção de capacidades.

A COP 14 também tratou de tópicos relacionados à biodiversidade e à economia, abordando áreas como infraestrutura, mineração, energia e gás, manufatura e saúde. Entre outros assuntos abordados destacam-se: informação sobre a sequência digital de recursos genéticos; conhecimentos tradicionais, inovações e práticas; gerenciamento sustentável da vida selvagem; biodiversidade e mudanças climáticas; conservação e uso sustentável de polinizadores; planejamento espacial, áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação; biodiversidade costeira e marinha; espécies invasoras; biologia sintética; mobilização de recursos e o Mecanismo Financeiro da Convenção; gerenciamento de conhecimento e comunicação.

O [Discurso de Abertura](#) da Conferência de Biodiversidade foi proferido pela Secretaria Executiva da CDB, Cristiana Pasça Palmer, e abordou os principais desafios da convenção, tanto no que diz respeito à conferência quanto ao regime de diversidade biológica de maneira geral. Entre os tópicos citados por Palmer, foi conferida ênfase no que diz respeito ao alcance das Metas de Biodiversidade de Aichi e à necessidade de se adotar uma nova base de trabalho para se combater a perda de biodiversidade e se alcançar as metas da Convenção, por meio da promoção de estilos de vida harmônicos com a natureza.

Durante a COP 14, a delegação brasileira atuou nos temas planejamento territorial, biodiversidade costeira e marinha, biossegurança, acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, mecanismos de financiamento, contas econômicas ambientais, grandes áreas marinhas protegidas e espécies ameaçadas de extinção⁵. A delegação contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, que participou de reuniões e segmentos de alto nível

⁵Ver em: <https://bit.ly/2Kaw0xY>

como a reunião dos Países Megadiversos e Afins (LMMC)⁶, em que apresentou dados dos programas e ações do país na área de biodiversidade. Segundo ele, desde a realização da COP 13, o Brasil aumentou em 119% suas áreas protegidas, que hoje somam 173 milhões de hectares, e de 1,5% para 26% a proteção de suas áreas marinhas, o que reforçaria o protagonismo do Brasil no que diz respeito à proteção da biodiversidade⁷.

Resultados COP 14

As decisões adotadas pela plenária e pelos Grupos de Trabalho I e II foram relacionadas tanto a temas previstos na agenda como também a temáticas não abordadas. Entre os documentos adotados, destaca-se o [Plano de Ação de Gênero 2015 - 2020](#), que dá ênfase à necessidade de se discutir as conexões entre gênero e biodiversidade. A relação entre saúde e biodiversidade, tal qual ressaltadas durante a Assembleia Mundial da Saúde de 2018, foi tema durante a COP integrando as ações das Partes às denominadas políticas “One Health”⁸. Foi requisitado, ainda, que o Secretariado Executivo da Convenção desenvolvesse um rascunho de um Plano de Ação Global sobre o tema de modo a influenciar políticas, estratégias e programas nacionais.

A COP 14 produziu, ainda, um documento sobre digitalização das sequências genéticas. A convenção reconhece que o tratamento do tema é importante para o cumprimento de seus objetivos e que é necessário um esclarecimento sobre sua definição. A geração de informação sobre sequência genética, na maioria dos casos, requer acesso a um recurso genético e que algumas Partes adotaram normas domésticas que regulam esse acesso e uso das informações como parte da regulação do acesso, uso e repartição dos benefícios. O documento também convida as Partes, governos, povos indígenas e comunidades locais a comunicar sobre suas necessidades no que diz respeito à construção de capacidades voltadas ao acesso, ao uso, à geração e à análise de informações digitais de sequências genéticas.

⁶O grupo dos Países Megadiversos e Afins é um grupo de países que abriga a maior parte das espécies do planeta e, portanto, são considerados extremamente biodiversos. Criado em 2002 pela África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, República Democrática do Congo, Equador, Índia, Indonésia, Quênia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Venezuela, como um mecanismo de consulta e cooperação para que seus interesses e prioridades relacionadas à preservação e uso sustentável da diversidade biológica seja promovido.

⁷Ver em: <https://bit.ly/2Kaw0xY>

⁸Políticas “One Health” são aquelas onde existe um esforço colaborativo de múltiplas áreas, trabalhando no âmbito local, nacional e global para alcançar um nível ótimo de saúde para as pessoas, animais e meio ambiente.

Considerações Finais

A COP 14 foi cercada de controvérsias pela realização em um país onde o crescimento do autoritarismo, os problemas de segurança e a crise democrática é profunda. Muitas organizações da sociedade civil resolveram não participar da conferência por este motivo.

Após a COP 10, ocorrida em 2010, as Partes concordaram com as Metas de Biodiversidade de Aichi e o Plano Estratégico para Biodiversidade de 2011-2020. Este período foi declarado pela 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU como a Década da Biodiversidade. Estamos chegando quase ao final desse período e os resultados não são animadores, em especial no que diz respeito à conjuntura brasileira. Tendo em vista suas riquezas naturais, o Brasil é considerado Parte essencial da Convenção. Desde o nascimento da CDB, a delegação do país vem promovendo contribuições importantes ao regime de biodiversidade, auxiliando na construção de instrumentos como o Protocolo de Nagoya - ainda não ratificado domesticamente - e a Iniciativa Internacional de Polinizadores⁹.

Em [Carta Aberta](#) apresentada durante a COP 14, cerca de 90 organizações e redes da sociedade civil brasileira apontam preocupações sobre os ataques da indústria de alimentos ao direito de informação e à rotulagem de produtos transgênicos; a prática de mistura de agrotóxicos liberada pelo Ministério da Agricultura; a aprovação da Resolução Normativa 16/2018 pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que permite a condução genética ou redirecionamento genético e abre lacunas para que os organismos produzidos por essa tecnologia não sejam considerados Organismos Geneticamente Modificados (OGM); o desmonte orçamentário das políticas públicas direcionadas à agrobiodiversidade e à soberania alimentar; a aceitação da flexibilização do licenciamento ambiental; a massiva transferência de terras públicas para a esfera privada e corporativa e a política de contrarreforma agrária promovida pelo Brasil; bem como a Lei 13.123/2015 que viola direitos básicos de consulta livre prévia e informada e facilita, com vestes de legalidade, o processo histórico de biopirataria.

Sobre o polêmico tema da digitalização de sequências genéticas, tema também incluído na Carta Aberta e em uma matéria publicada no site Terra de Direitos, apontam-se críticas à maneira como a questão vem sendo abordada no âmbito da CDB. A matéria em questão ressalta

⁹Ver em: <https://bit.ly/2L7KG1z>

Reunião do C20 - Ação conjunta para enfrentar os desafios globais

a dificuldade das Partes em alcançar um acordo sobre o tema, que foi expressada no documento final adotado pela conferência, que ressaltou ainda o futuro compromisso das Partes em resolver as divergências por meio dos processos previstos pela Convenção. A Terra de Direitos afirma que a digitalização de sequências genéticas em uma espécie de banco de dados digital pode gerar “ampliação do desenvolvimento de organismos artificiais e sintéticos, a apropriação privada do patrimônio genético dos povos e a dificuldade de repartição dos benefícios de biotecnologias sintéticas que derivam de dados de espécies desenvolvidas por povos indígenas e comunidades tradicionais”. Além da necessidade de participação mais ampla de povos indígenas e de comunidades tradicionais nas negociações e à ênfase em construção de capacidades, conforme mencionada na seção anterior, o problema vai além. Trata-se fundamentalmente de garantir o direito dessas comunidades de fazer uso de seus conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento de um patrimônio genético, direito esse que poderia ser facilmente retirado caso a proposta de acesso aberto aos bancos de dados de sequenciamento genético fosse aprovada.

Tais preocupações revelam a existência de um gigantesco abismo entre o discurso político brasileiro em meio aos foros multilaterais e as ações tomadas no âmbito doméstico. Ao longo dos anos em que vem participando dos foros sobre biodiversidade, o Brasil vem mostrando avanços em algumas áreas, como no que diz respeito à redução do desmatamento na Amazônia, à implementação de políticas ambientais para povos e terras indígenas, ao estabelecimento de áreas protegidas e às políticas de valorização das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Contudo, podemos perceber uma piora de cenário quando observamos o aumento de quase 14% no desmatamento no período de 2017-2018 em relação a 2016-2017¹⁰. Esse cenário tende a piorar ainda mais com novo governo que assume em 2019, devido ao seu programa de governo e a escolha dos ocupantes dos ministérios. Declarações que vão na contramão da defesa do meio ambiente sugerem grande risco a continuidade das políticas nacionais na área da proteção da biodiversidade e da garantia dos direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais.

¹⁰Ver em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/o-descontrole-deliberado-do-desmatamento-na-amazonia>

Fontes

BENUSAN, N. Tumbas, Múmias e a Biodiversidade. **ISA**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2L7KG1z>> Acesso em: 23 de nov 2018.

BITTENCOURT, N; PINHO, C. Sequência Genética Digital é destaque na COP da Convenção da Diversidade Biológica, no Egito. **Terra de Direitos**, 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/sequencia-genetica-digital-e-destaque-na-cop-da-convencao-da-diversidade-biologica-no-egito/22968>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

BORGES, L. Organizações e redes denunciam na COP14 “ameaças explícitas à biodiversidade” pelo governo brasileiro. **Terra de Direitos**, 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/organizacoes-e-redes-denunciam-na-cop14-ameacas-explicitas-a-biodiversidade-pelo-governo-brasileiro/22963>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. 2011 - 2020 United Nations Decade on Biodiversity. **United Nations Decade on Biodiversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/2011-2020/>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Aichi Biodiversity Targets. **Convention on Biological Diversity**. Disponível em: <<https://www.cbd.int/sp/targets/>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and the Aichi Targets. **Convention on Biological Diversity**. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-EN.pdf>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

CBD SECRETARIAT. About the Conference. **COP 14 Egypt**, 2018. Disponível em: <<https://www.cop14-egypt.com/the-conference/about-the-conference/>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. All in-session documents. **Convention on Biological Diversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/conferences/2018/cop-14/documents>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Conference of Parties (COP). **Convention on Biological Diversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/cop/>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Digital Sequence Information on Genetic Resources, Sharm el-Sheikh, 29 novembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/c/1060/5367/b3ecb2f5ddea7ba9d154cc1d/cop-14-l-36-en.pdf>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Gender Plan of Action, Sharm el-Sheikh, 21 novembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/c/0bca/a04f/31ce92cf76deb8bb59b9e527/cop-14-l-03-en.pdf>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Health and Biodiversity, Sharm el-Sheikh, 21 novembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/c/831c/4f46/a600bbe7338826cde2a93d8b/cop-14-l-04-en.pdf>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. History of the Convention. **Convention on Biological Diversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/history/>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. List of Parties. **Convention on Biological Diversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/information/parties.shtml#tab=0>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Opening Statement by Ms. Cristiana Pasca Palma, Sharm El Sheikh, 17 novembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/speech/2018/sp-2018-11-17-cop14-en.pdf>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

Reunião do C20 - Ação conjunta para enfrentar os desafios globais

CBD SECRETARIAT. Proposed Organization of Work, 18 setembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/c/d69b/9a16/a43d674ba30ce318c99984f7/cop-14-01-add2-en.pdf>>.

Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. Revised Annotated Provisional Agenda, 01 setembro 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/c/641c/e691/fcc551cefb675852d67d74f7/cop-14-01-add1-rev1-en.pdf>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

CBD SECRETARIAT. UN Biodiversity Conference 2018. **Convention on Biological Diversity**, 2018. Disponível em: <<https://www.cbd.int/conferences/2018>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

COSTA, T.; BARBOSA, W. COP 14: ministro defende uso sustentável da biodiversidade.

ISA. O descontrole deliberado do desmatamento na Amazônia. **ISA**, 2018. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/o-descontrole-deliberado-do-desmatamento-na-amazonia>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

JAFFERY, R. Egypt hosts the first UN Biodiversity Convention held in the Middle East. **Global Voices**, 2018. Disponível em: <<https://globalvoices.org/2018/11/23/egypt-hosts-the-first-un-biodiversity-convention-held-in-the-middle-east/>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

LMMC. **LMMC The Group of Like Minded Megadiverse Countries**, 2018. Disponível em: <<https://lmmcgroup.wordpress.com/2014/03/24/welcome-to-the-group-of-like-minded-megadiverse-countries/>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/15239-cop-14-ministro-defende-ferramentas-de-gest%C3%A3o-em-uso-sustent%C3%A1vel-da-biodiversidade.html>>. Acesso em: 29 novembro 2018.

ONUBR. Importantes zonas de biodiversidade permanecem desprotegidas no mundo, diz PNUMA. **ONUBR**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/importantes-zonas-de-biodiversidade-permanecem-desprotegidas-no-mundo-diz-pnuma/>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

PHILLIPS, D. Climate change a 'secondary' issue, says Brazil's environment minister. **The Guardian**, 10 dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/dec/10/environmental-fines-are-ideological-says-brazil-minister-ricardo-salles>>. Acesso em: 20 dezembro 2018.

WIKIPÉDIA. One Health. **Wikipédia**, 2018. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/One_Health>. Acesso em: 29 novembro 2018.

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://www.bricspolicycenter.org/programas/plataforma-socioambiental/>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Carolina Alves, Beatriz Mattos e Maureen Santos

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Iniciação Científica

Carolina Alves

Reunião do C20 - Ação conjunta para enfrentar os desafios globais

Realização



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org